

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GERAL	7
2. INCIDÊNCIA SUBJETIVA	9
2.1. Tipos de sujeitos passivos	9
2.2. Sujeitos passivos e incidência territorial do imposto	11
2.2.1. Elementos de conexão	11
2.2.2. Extensão da obrigação de imposto	13
2.3. Estabelecimento estável	15
2.3.1. Enquadramento	15
2.3.2. Elemento material – Instalação fixa	16
2.3.3. Elemento pessoal – Agente dependente	16
2.3.4. Exceção das atividades de carácter preparatório ou auxiliar	17
2.3.5. Imputação em casos de transparência fiscal	17
3. INCIDÊNCIA OBJETIVA	19
4. PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO E FACTO GERADOR DO IMPOSTO	21
4.1. Período de tributação	21
4.2. Facto gerador do imposto	23
5. ISENÇÕES	25
5.1. Isenções subjetivas	25
5.2. Associações de utilidade pública	25
5.3. Atividades culturais, recreativas e desportivas	26
5.4. Cooperativas	26

6.	DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL E DA MATÉRIA COLETÁVEL	27
6.1.	Determinação do lucro tributável – Entidades com atividade comercial principal	27
6.1.1.	Enquadramento	27
6.1.2.	Princípio da tributação do rendimento real	28
6.1.3.	Lucro tributável e lucro contabilístico	29
6.2.	Determinação do rendimento global – Entidades sem atividade comercial principal	30
6.3.	Determinação do rendimento coletável de entidades não residentes	31
6.3.1.	Entidades não residentes sem estabelecimento estável	31
6.3.2.	Lucro tributável do estabelecimento estável	32
6.4.	Regras de determinação da matéria coletável	32
6.5.	Regime simplificado	35
6.6.	Aplicação de métodos indiretos	37
6.7.	Transparência fiscal	38
7.	PERIODIZAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	41
8.	PROVEITOS OU GANHOS E CUSTOS OU PERDAS	45
8.1.	Proveitos ou ganhos	45
8.2.	Variações patrimoniais positivas	47
8.3.	Custos ou perdas	47
8.3.1.	Enquadramento geral	47
8.3.2.	Os custos, o lucro contabilístico e o lucro tributável	49
8.3.3.	A indispensabilidade do custo e o nexos com o fim empresarial	50
8.3.4.	Inadequação de alguns conceitos de indispensabilidade do custo	52
8.3.5.	Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	55
8.3.6.	Custos referentes a realizações de utilidade social	61
8.3.7.	Donativos	64
8.4.	Variações patrimoniais negativas	64
8.5.	Valorimetria das existências	66
9.	REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	69
9.1.	Enquadramento	69
9.2.	Reintegrações e amortizações no CIRPC	70

10. PROVISÕES E CRÉDITOS INCOBRÁVEIS	73
10.1. Provisões	73
10.1.1. Enquadramento	73
10.1.2. Provisões fiscalmente dedutíveis no CIRPC	74
10.2. Créditos incobráveis	76
11. MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS	77
11.1. Enquadramento e conceitos	77
11.2. Correção monetária	78
11.3. Reinvestimento dos valores de realização	79
12. DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA E DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	81
12.1. Dupla tributação económica	81
12.1.1. Enquadramento	81
12.1.2. Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos no CIRPC	84
12.2. Dupla tributação jurídica internacional	87
12.2.1. Enquadramento quanto aos tipos de dupla tributação	87
12.2.2. Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional no CIRPC	88
12.2.3. Métodos de eliminação de dupla tributação jurídica internacional e suas características	89
13. DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS	93
14. REGIME DA SUBCAPITALIZAÇÃO	97
15. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	99
15.1. Enquadramento geral	99
15.2. Os preços de transferência no CIRPC	101
15.3. Enquadramento relativo ao princípio da plena concorrência e aos respetivos métodos	104
15.3.1. Princípio da plena concorrência	104
15.3.2. Métodos para determinação do preço de transferência	105
16. RELAÇÕES COM ENTIDADES RESIDENTES EM PAÍSES COM REGIME FISCAL PRIVILEGIADO	111
16.1. Pagamentos a entidades residentes em países com regime fiscal privilegiado	111

16.2. Imputação de lucros de sociedades residentes em países com regime fiscal privilegiado	113
17. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	115
17.1. Regime aplicável à transformação de sociedades	115
17.2. Regimes especiais aplicáveis a fusões e cisões e a entradas de ativos	115
17.2.1. Regime especial aplicável a fusões e cisões	115
17.2.2. Regime especial aplicável a entradas de ativos	117
17.3. Regime aplicável aos sócios das sociedades fundidas ou cindidas	118
17.4. Permuta de ações	118
17.5. Constituição de sociedades com património empresarial de pessoa singular	119
18. LIQUIDAÇÃO E PARTILHA	121
18.1. Liquidação de sociedades e partilha	121
18.2. Liquidação de outras pessoas coletivas	123
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	125
19.1. Regras gerais	125
19.2. Swaps	127
20. TAXAS	129
20.1. Taxa geral de IRPC	129
20.2. Taxas de retenção na fonte	129
21. LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO	131
21.1. Regras gerais	131
21.1.1. Regras de liquidação do imposto	131
21.1.2. Regras relativas às deduções	132
21.2. Liquidação adicional de imposto	133
21.3. Liquidações corretivas no regime de transparência fiscal	133
21.4. Caducidade do direito à liquidação	134
21.5. Juros compensatórios	134
21.6. Anulação do imposto liquidado	136
22. PAGAMENTO DO IMPOSTO	137
22.1. Retenções na fonte	137
22.1.1. Sujeição a retenção na fonte	137
22.1.2. Dispensa de retenção na fonte	139
22.1.3. Responsabilidade pela falta de retenção na fonte	140

22.2. Pagamentos por conta	141
22.3. Pagamento especial por conta	142
22.4. Regulamentação do pagamento	144
23. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	147
23.1. Obrigações declarativas	147
23.1.1. Regras gerais	147
23.1.2. Declaração periódica de rendimentos	148
23.1.3. Declaração anual de informação contabilística e fiscal	149
23.1.4. Declaração de substituição	150
23.2. Obrigações contabilísticas	150
23.2.1. Contabilidade organizada	150
23.2.2. Regime simplificado de escrituração	151
23.2.3. Centralização da contabilidade ou da escrituração	153
24. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	155
25. FISCALIZAÇÃO	157